

Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde

Participative research and health researcher's ethical formation

Maria Luisa Sandoval Schmidt¹

Abstract *The present article discusses Ethics concept as dwell and way of dwelling aiming to articulate it with some elements of participative research from an ethnographic matrix. Mainly, it focuses the idea of the ethical subject's autonomy, associating it with self-reflection and alterity in ethnography. Yet, it approaches the participative research in an ethnographic perspective as a praxis that induces to health researcher's ethical formation.*

Key words *Participative research, Ethnography, Ethics for research, Ethical formation*

Resumo *O presente artigo discute o conceito de ética como morada e modo de habitar e busca articulá-lo a elementos da pesquisa participante de matriz etnográfica, mostrando a relação indissociável entre método e ética nesta perspectiva. Focaliza, sobretudo, a idéia de autonomia do sujeito ético, associando-a às temáticas da auto-reflexão e da alteridade na etnografia. Aborda, ainda, a pesquisa participante de cunho etnográfico como prática propícia à formação ética do pesquisador na área de saúde.*

Palavras-chave *Pesquisa participante, Etnografia, Ética de pesquisa, Formação ética*

¹Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, Instituto de Psicologia, USP. Av. Prof. Mello Moraes 1721/Bloco G, Cidade Universitária. 05508-030 São Paulo SP. malu@usp.br

Introdução

O debate sobre ética em pesquisa científica está na ordem dia e, em nosso país, a pesquisa em saúde tem sido um catalisador importante deste debate. A Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde apresentou-se como um instrumento de controle e regramento dos procedimentos de pesquisa médica e, ao mesmo tempo, suscitou um conjunto interessante de questões na medida em que pretendeu dar conta da vasta área de investigações em saúde. Parte destas questões, como bem sinaliza Iara Guerriero¹, refere-se a duas ocorrências interligadas no campo da pesquisa em saúde: a presença das ciências sociais e humanas, indicando que a pesquisa em saúde não é recoberta exclusivamente pela pesquisa médica, e a prática de pesquisas qualitativas em que desenhos metodológicos estão intrinsecamente relacionados à ética de modos diversos daqueles contemplados pela Resolução 196/96. Trata-se, portanto, de uma discussão que remete, necessariamente, ao entendimento das diferenças epistemológicas e de método que constituem, desde o interior das práticas de pesquisa, éticas próprias e respeitáveis.

Como a ética não se concretiza por decreto, sendo matéria de reflexão e de escolhas situadas, parece ser mais fecundo estabelecer regiões de contato e interlocução entre modelos de pesquisa e seus modos de zelar por princípios e valores do que lutar pela simples hegemonia de um sobre os outros.

Com o intuito de auxiliar tal diálogo, este artigo pretende expor e esclarecer algumas dimensões da pesquisa participante de inspiração etnográfica, dando especial atenção à problemática da autonomia e da heteronomia na compreensão da ética como morada.

Sobre o conceito de ética

A ética, ligada ao senso e à consciência moral, é mais do que um conjunto de normas e regras ou, ainda, mais do que a mera obediência a normas e regras. A ética é morada, modo de habitar o mundo e lugar de atualização de valores e atitudes. Ou seja, a ética está implicada nas escolhas humanas que criam mundos e nos modos de valorizar e viver estes mundos. A ética, portanto, é indissociável do tema da escolha.

Sartre², filósofo para quem escolha e liberdade configuram a condição humana, entende que os homens são seres em situação, compelidos a

responder ao mundo e aos outros e que, agindo, escolhem quem são. A escolha, no sentido sartriano, inventa e motiva o valor que advém da própria escolha.

Concomitantemente, como explica Marilena Chaui³, a escolha desafia a consciência moral, pois exige a decisão sobre o que fazer, as justificativas perante os outros e nós mesmos sobre as razões da decisão e, por último, a responsabilidade por suas conseqüências.

Voltando à idéia de morada, vê-se que o homem escolhe a si mesmo no mundo e cria e atualiza mundos, escolhendo. Sua ancoragem nesses mundos ou o modo de habitá-los remete aos valores e aos sentimentos despertados pelos valores. Poder-se-ia dizer que a consistência das escolhas repousa no valor e nos sentimentos que este valor suscita.

É preciso escolher, viver e sentir um valor para que ele se associe, autenticamente, à idéia de ética. Escolha, valor e sentimento assim articulados fazem pensar no caráter autônomo e nunca heterônomo da ética. Há, certamente, valores disponíveis numa sociedade ou cultura, em diferentes tempos históricos, mas são os indivíduos e as coletividades que, por suas escolhas e práticas sociais, os transformam e atualizam ou esquecem. E há, também, o valor do valor, quer dizer, o modo como os valores afetam indivíduos e comunidades humanas: alguém ou um grupo pode indignar-se com a injustiça ou permanecer-lhe indiferente; sentir escárnio pela honestidade ou raiva da mentira; admirar a integridade ou contentar-se com a generosidade e assim por diante. Em relação a um valor pode haver sentimentos positivos, negativos ou neutros, de tal forma que o valor pode ser afirmado, negado ou deixado à indiferença.

Embora seja possível escolher com o apoio da moral, da religião ou da lei, o sentido da ética como morada e modo de habitar o mundo pede um sujeito autônomo ou agente consciente capaz de deliberar antes de agir e de julgar as ações.

A ética pressupõe a autonomia e a autonomia é feita, como aponta Marilena Chaui³, do controle interior dos impulsos, inclinações e paixões, da discussão consigo mesmo e com os outros sobre o sentido dos valores e da capacidade de outorgar a si mesmo regras de conduta. A autonomia estabelece uma relação problemática e problematizadora com os valores estabelecidos e hegemônicos num tempo e lugar, sem submeter-se ou subordinar-se cegamente a eles. Três propriedades da pessoa autônoma, ainda segundo Chaui³, merecem referência: a responsabili-

dade por seus atos, a disposição para julgar suas intenções e a recusa da violência contra si e contra os outros.

A autonomia é autodeterminação, significando que o reconhecimento do fim ético move a ação ética e nunca a coação externa. A autodeterminação, contudo, não se traduz pela desconsideração dos outros. Ao contrário, julgamentos sobre certo e errado, permitido e proibido ou bem e mal são intersubjetivos, envolvendo o cuidado com outros. Assim, contemplam-se as condições humanas da singularidade, com a autodeterminação e da pluralidade, com a intersubjetividade. Não é possível sacrificar os outros em nome da liberdade ou da felicidade de uns: os valores aspiram à universalidade. Ou, dizendo de outra maneira, para a ética os fins não justificam os meios quando eles sacrificam a liberdade ou a consciência moral e não se espera que princípios como a liberdade, a dignidade ou o respeito sejam retirados de uns em favor de outros.

A ética como modo de habitar o mundo pede, mesmo, a apreciação do mundo como sendo a própria coexistência humana. O mundo é, também, a trama significativa de tudo que torna a terra habitável para os homens. Por isso, a pessoa ética é inseparável do cuidado com o mundo. Os modos de cuidar não são “naturais” e sim instaurados na e pela vida social e cultural. Da mesma forma, a pessoa ética se faz na coexistência, na intersubjetividade e na sociabilidade e os valores e atitudes éticos não são, igualmente, “naturais”, mas dependem da educação.

Este argumento sobre a necessidade da educação é particularmente provocativo, pois faz pensar no quanto a ética em pesquisa não pode, nem deve, permanecer restrita ao plano da norma, da regra e da lei ou ao plano exclusivamente jurídico.

Há inúmeras concepções de educação e discuti-las neste contexto iria requerer um desvio demasiado longo para os propósitos deste artigo. Então, pareceu pertinente recorrer a uma visão em particular que, justamente, entende a educação em conexão com o tema do cuidado com o mundo e da responsabilidade pelo mundo.

Trata-se das idéias de Hannah Arendt⁴, para quem a educação é uma prática ligada ao fenômeno da natalidade, ou seja, ao fato de que seres nascem para o mundo. A educação, entregue aos adultos, tem a dupla tarefa de, por um lado, promover o desenvolvimento dos jovens e, por outro, zelar pela continuidade do mundo. Do educador é esperado que ele apresente o mundo em constante mudança ao jovem e do jovem é esperado que ele se torne responsável pelo mundo,

cuidando para que, com sua ação, o mundo seja, a um só tempo, preservado e renovado. Esta perspectiva, exposta de modo bastante sumário, articula julgamento, escolha e responsabilidade. Nas palavras de Arendt⁴, **a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele, salvando-o da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens**. É, ainda, para a autora, a educação é o ponto em que os adultos oferecem uma ordenação, um juízo, uma opinião, um posicionamento sobre os quais os jovens podem se apoiar para assumir sua responsabilidade de preservar e renovar o mundo.

Esta digressão serve, talvez, para reforçar que a educação pode ser o ponto a partir do qual um sujeito autônomo se forma. Esta formação supõe, ao que parece, o contato com os valores consagrados, com a moral vigente numa sociedade em dado momento histórico e o exercício de discutir, pensar e interpretar esta moral: supõe este lugar em que a tradição e a disposição para a renovação convivem e dialogam.

A incapacidade para a autonomia é a heteronomia que se traduz na incapacidade de dar-se a si mesmo a regra, a norma ou a lei. O indivíduo heterônomo depende de receber, de fora, a regra, a norma e a lei. Na heteronomia vige a passividade, contrária à atividade exigida pela ética. Assim, o indivíduo heterônomo pode responder sem pensar no diz ou faz, pode simplesmente repetir algum ensinamento recebido e pode, por fim, viver uma espécie de alienação no apego automático e formal às ordens jurídica, ideológica, religiosa, entre outras.

As regras, normas e leis são necessárias à vida social, coibindo a violência, impondo limites e controles ao risco permanente de violência.

Há, no entanto, um problema central a ser considerado no debate sobre ética em pesquisa: como evitar que normas e regras de conduta na pesquisa se tornem dispositivos de evasão da responsabilidade, da reflexão e do julgamento próprios do indivíduo autônomo que forja a ética e é por ela forjado?

Aquela pergunta predispõe a uma outra: como formar pesquisadores no espírito da atividade ética?

Para estas perguntas não existem respostas simples, nem muito menos certas, pois, como ensina Chauí³, a ética é o campo de um saber prático, recortado por deliberações e escolhas sobre o possível e sobre aquilo que depende da vontade dos homens: sua matéria-prima são valores e não fatos.

Existem, contudo, propostas de pesquisa capazes de oferecer elementos fecundos para a ponderação em torno da formação, tanto no terreno das teorias metodológicas quanto no das experiências concretas de trabalho de campo.

A pesquisa participante inspirada na antropologia interpretativa e no trabalho de campo etnográfico, na medida em que retoma e problematiza as experiências fundadoras da antropologia moderna, abre lugar a duas temáticas de interesse para o debate sobre formação ética: a auto-reflexão e a alteridade. Trata-se de dois temas que enlaçam a ética e a política das investigações em que o pesquisador se desloca de seu meio para estudar um outro, próximo ou distante, na sua própria “casa” ou lugar. As lições deste tipo de deslocamento continuam a reverberar nas situações de pesquisa em outras disciplinas como a psicologia, a sociologia, a história oral ou a geografia. Delas é possível aproximar, também, as pesquisas das ciências sociais e humanas na esfera da saúde.

Pesquisa participante, auto-reflexão e alteridade

A pesquisa participante comporta algumas vertentes metodológicas diferentes, porém, aparentadas; todas, por continuidade ou ruptura, relacionadas com a matriz etnográfica que, na virada do século XIX para o XX, legitimou a antropologia e a etnografia como disciplinas científicas.

Termos como pesquisa-ação, pesquisa-intervenção e mesmo o método etnográfico identificam discursos e práticas de investigação que não estão circunscritos à antropologia e sim perpassam várias áreas das ciências sociais e humanas, tais como a sociologia, as psicologias educacional, social e clínica, a psicossociologia, a geografia humana, a terapia ocupacional, a história oral, a comunicação social, a economia, entre outras. Ao mesmo tempo, muitas destas áreas já produziram no interior de suas praxes ou em experiências interdisciplinares um saber acumulado sobre saúde.

As diferenças e afinidades entre estas três grandes vertentes da pesquisa participante – pesquisa-ação, pesquisa-intervenção e método etnográfico – foram tratadas em detalhe em artigo publicado por mim em 2006⁵ e podem ser aprofundadas com a leitura de autores como Brandão⁶, Rocha e Aguiar⁷ e Pereira⁸, entre outros. Para as finalidades deste artigo, contudo, serão clarificadas algumas referências comuns para, em segui-

da, tratar mais especificamente da etnografia interpretativa.

O termo participante remete à controversa presença de um pesquisador num campo de investigação formado pela vida cotidiana de indivíduos, grupos, comunidades ou instituições próximos ou distantes. Esta presença do pesquisador no campo encontra sua complementação no convite ou convocação do outro – indivíduo, grupo, comunidade ou instituição – para participar da investigação como informante, colaborador ou interlocutor.

Na pesquisa participante, a relação entre pesquisador e pesquisado pode aparecer diferentemente, como os termos informante, colaborador e interlocutor, acima mencionados, apontam.

Informante é um termo da tradição etnográfica que ainda é usado não só na antropologia e na sociologia como também naquelas áreas que se aproximaram do método etnográfico mais recentemente. Ele sugere um tipo de participação do pesquisador e do pesquisado em que a condução da pesquisa, os objetivos e interesses, as formas de apropriação dos dados de observação de campo e de entrevistas e a produção de conhecimento são prerrogativas do pesquisador: o informante “presta informações”. Maria Isaura Pereira de Queiroz⁹, socióloga que, em nosso meio, foi e é importante referência nos estudos com relatos orais, escreve com nitidez sobre esta maneira de conceber a participação.

Colaborador indica uma repartição dos lugares de produção de conhecimento ou compreensão no processo de pesquisa. Os objetivos e interesses são do pesquisador mas, em geral, há, no relato final da investigação, espaços para que os “pesquisados” falem por si, articulados àquelas em que o pesquisador comenta e interpreta os achados do campo e das entrevistas. Ecléa Bosi¹⁰, com seu clássico estudo de psicologia social sobre o trabalho de memória de velhos, proporciona um interessante exemplo de pesquisa em colaboração.

A figura do interlocutor evidencia uma reorientação da tradição etnográfica no contexto contemporâneo de estudos que focalizam a interpretação dos sentidos e significados de modos de viver, sentir e pensar que constituem a pluralidade de mundos coexistentes e conectados na atualidade. Desta interpretação, os “pesquisados” não estão excluídos, tornando-se parceiros intelectuais dos pesquisadores na compreensão de fenômenos e na elaboração do conhecimento. O encontro etnográfico, neste caso, é objeto de constante análise crítica e lugar de negociações e acor-

dos sobre objetivos, destinos, formas de divulgação e autoria da pesquisa.

Estas três figurações das relações entre pesquisador e “pesquisado” não representam qualquer espécie de linha evolutiva e nem se apresentam de maneira tão esquemática como aqui exposto: são sinais de posições que convivem, formando o terreno plural da teoria e da prática da pesquisa participante.

É possível, no entanto, identificar uma certa radicalidade na última figuração, naquilo que diz respeito à necessidade constante de auto-reflexão e de posicionamento sobre a alteridade.

A experiência de Malinowski, considerada uma espécie de carta fundadora da antropologia moderna e científica, pode ser lida, como faz James Clifford¹¹, pelo viés do lugar do método que, por um lado, tenta forjar o pesquisador como instrumento legítimo e confiável de observação e interpretação da alteridade e, por outro, busca dominar e controlar o trabalho de campo, dominando e controlando “seus informantes” em favor dos objetivos da investigação.

Porém, posteriormente, com a publicação dos diários de campo de Malinowski¹², foi possível apreender com mais nitidez os tormentos e embates do pesquisador com os informantes que, longe de serem “meros objetos”, exibiam vontade própria, resistências e preferências. Ao mesmo tempo, foi possível entender a luta do pesquisador consigo mesmo para manter-se íntegro moral e psicologicamente, durante o longo período vivendo com os trobriandeses, sem quase nenhum contato com europeus.

O exemplo de Malinowski, valioso pelo caráter fundador de sua etnografia, expõe a alteridade e a auto-reflexibilidade como dimensões, aparentemente, perfeitamente enquadradas pelo método científico, no sentido de que o método permitia observar e interrogar o outro, elucidando os significados e a lógica das concepções e práticas nativas e fornecia ao pesquisador uma pauta de condutas e atividades metódicas, rotineiras ou padronizadas. Mas, como mostra o angustiante diário do antropólogo, “as normas metodológicas, quando confrontadas com a realidade do trabalho de campo e com a presença concreta e ativa do outro, tornam-se instáveis, precárias”⁵, insinuando que o interjogo de identidade e alteridade na relação entre pesquisador e pesquisados e a auto-reflexão do pesquisador longe de serem “neutralizados” pelo método são, na verdade, dimensões constitutivas da pesquisa participante.

A retomada da tradição clássica da antropo-

logia, aqui representada por Malinowski, pelas antropologia e etnografia interpretativas, a partir dos anos 60 e 70 do século XX, traz em seu bojo, entre outras coisas, a valorização do outro não mais como exclusivamente informante mas, sobretudo, como colaborador e interlocutor com quem se procura parcerias para a construção do conhecimento e para a interpretação da cultura, convidando-o a uma atividade de elaboração intelectual para além da prestação de informações sobre seu universo de vida.

A instabilidade ou a veloz mobilidade da vida social no mundo contemporâneo desafiam o entendimento das ciências sociais e humanas. Para Marc Augè¹³, o mundo contemporâneo é feito de uma multiplicidade de mundos coexistentes e conectados, por onde passam relações de sentido e imensas variações de formações identitárias e representações de alteridade. Se a dinâmica social não é sólida nem estável, a tarefa de sua interpretação também se torna um desafio às teorias e métodos consagrados nas ciências sociais e humanas. Ou, dito de outra maneira, as crises do mundo contemporâneo encontram sua contrapartida nas crises das teorias e métodos de investigação das ciências sociais e humanas. Ou, dito de outra maneira ainda, responder ao desafio do conhecimento contemporâneo implica, para as ciências humanas e sociais, desalojar-se de eventuais lugares fixos e verdades estabelecidas para instalar-se no coração da precariedade e da inconstância que caracterizam a dinâmica social atualmente.

Dessa forma, o encontro etnográfico ou a pesquisa participante inspirada na antropologia interpretativa define-se como processo de construção de conhecimento e, também, como processo de questionamento e elaboração do sentido da própria pesquisa em seu contexto singular, situado.

Vê-se que a atividade auto-reflexiva e a problemática do outro como objeto de interesse da pesquisa participante encontram um estatuto claramente constituinte nesta perspectiva. As descobertas do trabalho de campo servem mais para testar os limites e insuficiências das teorias consagradas do que para confirmá-las e os pesquisados migram da posição de “objetos” de estudo para aquela de colaboradores e interlocutores qualificados para construção do conhecimento sobre fenômenos sociais e humanos.

Nesta visão conta, sobremaneira, o recurso metodológico a diferentes vozes e a conseqüente importância da memória, das histórias de vida e das biografias. Busca-se, freqüentemente, a cons-

trução de discursos contra-hegemônicos, baseados não só na polissemia e polifonia em torno de um mesmo fenômeno, mas, também, na acolhida de formas do conhecimento do senso comum e do saber popular.

Concluindo, a inclusão do outro como interlocutor e a abertura para questionar as dimensões éticas e de poder do processo de pesquisa assinalam a pesquisa participante como diálogo, negociação e interlocução culturais e sociais. Ela depende do interesse e do respeito genuínos do pesquisador pelos sentidos e significados que seu interlocutor atribui aos fenômenos estudados e da focalização do processo de pesquisa como produtor de conhecimento. Ao considerar o outro como parceiro, não só o processo de pesquisa passa a lidar com outras interpretações dos fenômenos estudados, quanto se abre para refletir sobre as relações de poder entre pesquisador e interlocutor ou colaborador e sobre o sentido e a utilidade da investigação para ambos.

Pesquisa participante de matriz etnográfica, ética e formação

Maurice Merleau-Ponty¹⁴, em texto originalmente publicado em 1960, fala do trabalho etnográfico como a criação de um espaço comum entre pesquisadores e aqueles outros que se deseja conhecer, espaço em que uns e outros se tornam mutuamente inteligíveis. Numa frase, para o filósofo, o encontro etnográfico tem por tarefa “alargar nossa razão para torná-la capaz de compreender aquilo que em nós e nos outros precede e excede a razão”.

Clifford Geertz¹⁵, na mesma direção de Merleau-Ponty, define o objetivo da antropologia como sendo o de “alargamento do universo do discurso humano” e, tomando o trabalho de campo etnográfico como prática deste alargamento, sugere que o fundamental do ofício do pesquisador em campo, como experiência pessoal, é situar-se entre outros que lhe são estranhos.

Estas duas referências parecem suficientes para indicar alguns elementos pertinentes à discussão sobre formação ética.

O primeiro elemento de caráter geral a ser destacado é, justamente, a implicação pessoal do pesquisador num movimento de aproximar-se de um outro que, no princípio, ele não conhece e não compreende.

Aproximar-se remete à experiência de situar-se que, por sua vez, constitui a pesquisa de campo. Esta forma, por assim dizer, faz coincidir

método e ética, esta última entendida como morada ou modo de habitar. A compreensão, neste caso, é efeito dos movimentos de afastamento e aproximação do outro e de si mesmo. A compreensão é, ainda, construída no vai-e-vem de representações ou de modos de viver, sentir e pensar o outro e a si mesmo no encontro: o conhecimento que resulta do encontro é, por isso, produto de posicionamentos e maneiras de se conduzir, envolvendo a atividade crítica do pesquisador e do outro.

A ética deste encontro pede a apropriação de gestos e atitudes que, quando são embaraçosos para o modelo metodológico, tendem a ser omitidos ou excluídos. Esta necessidade de apropriação faz da pesquisa um experimento de auto-reflexão e um local de articulação de diferentes identidades/alteridades, tratando não só da compreensão do pesquisador diante de um outro, mas, igualmente, deste outro diante do pesquisador.

A produção de conhecimento sobre um fenômeno ou um tema é acompanhada de efeitos de reconhecimento e desconhecimento de lugares de identidade e alteridade, no interjogo de estilos de conhecer e interpretar o mundo vivido, de tal forma que a pesquisa sobre algo acumula, também, no par pesquisador/interlocutor, conhecimento sobre si, sobre o outro e sobre o processo de construção do encontro etnográfico e sua função ou utilidade para ambos.

O segundo elemento a salientar, intimamente ligado ao primeiro, refere-se à experiência de campo como sendo, em si mesma, formativa.

O pesquisador participante precisa, é claro, de educação teórica e conceitual. Porém, assim como na esfera da ética como morada, a pesquisa de campo ou o encontro etnográfico dependem, fundamentalmente, da experiência prática. A experiência prática convoca o pesquisador para a reinvenção do método no plano concreto das relações com outros, como ele, autônomos, obrigando-o a responder pessoalmente pela distribuição democrática dos lugares de escuta, fala e ação no decorrer da pesquisa, pelas formas de apropriação e destinação do conhecimento elaborado e pela apreciação crítica de efeitos de dominação e de emancipação do conhecimento e sua divulgação⁵.

Vê-se, pois, que a formação do pesquisador participante enseja a formação ética, num movimento de mútuo pertencimento: a forma de pesquisar que se traduz no método é, nesta circunstância, morada, modo de habitar.

Princípios e valores, nesta concepção, estão inscritos nas bases teóricas, nos objetivos, na

metodologia e nos procedimentos de um projeto de pesquisa. Isso que dizer que a ética do pesquisador perpassa todas as fases do processo de investigação e, mesmo, o engaja numa responsabilidade que se desdobra e segue depois de concluída, formalmente, a pesquisa.

Considerações finais

O conhecimento na área de saúde tem se beneficiado de um conjunto interessante de pesquisas de cunho qualitativo sobre, entre outros temas relevantes, a implementação de políticas públicas, as representações de saúde e doença, as formas de cuidado e as diferenças culturais, as dimensões psicológicas, sociais e culturais presentes nas maneiras de aderir ou recusar tratamentos, cuidados preventivos ou ações de cidadania ligadas à promoção de saúde, o trabalho multiprofissional e interdisciplinar.

A pesquisa participante de inspiração etnográfica oferece-se como um campo possível de formação em que o aprendizado da teoria e do método de investigação está indissociavelmente ligado à formação ética. Os temas da saúde que merecem uma abordagem etnográfica são, por essa razão, um território propício à formação ética, unindo o ensino teórico à aprendizagem experiencial que advém, principalmente, do trabalho de campo.

A proposição de experiências iniciais de pesquisa etnográfica ainda nos cursos de graduação, em disciplinas de treino de pesquisa ou em projetos de iniciação científica, pode contribuir para a formação ética. O enquadre das instituições de ensino superior, circunscrevendo um espaço protegido para a experiência do aprendiz, por meio da orientação e de grupos ou seminários de discussão, é fecundo para a reflexão que antecede e acompanha todas as fases de uma pesquisa etnográfica, constituindo, simultaneamente, o modo de pesquisar ou método e sua ética.

O deslocamento do pesquisador em direção ao universo de vida de um outro, próximo ou distante, é, muitas vezes, geográfico: outra cidade, outro bairro, outra instituição, enfim, outro lugar. E, é, ainda e principalmente, a disposição para mobilizar seus modos próprios de viver, pensar e sentir para encontrar e compreender modos próprios de viver, pensar e sentir de um outro.

Estes deslocamentos têm em sua origem motivos éticos que dão sentido e direção ao desejo de pesquisar. O encontro etnográfico requer, é verdade, certas atitudes de partida para que ele

tenha alguma chance de acontecer. Enumera-se, de forma esquemática, algumas destas disposições, cuja apropriação e metabolização dependem do trabalho constante de reflexão sobre a matéria concreta de cada trajeto de pesquisa.

Convém lembrar que as atitudes são apresentadas como um ponto de partida e de apoio para o debate e não como receituário a seguir, renovando o convite à sua apropriação e metabolização nas situações concretas de pesquisa.

Atitudes de interesse para a formação ética do pesquisador:

1. Busca de interlocução e diálogo no trabalho de campo, visando compreender o sentido e os significados da experiência de outros próximos ou distantes.

2. Distribuição democrática de lugares de escuta, fala e decisão entre pesquisador e colaboradores ou interlocutores.

3. Disposição para negociar e refazer os contratos ou pactos de trabalho compartilhado entre pesquisador e colaborador sempre que necessário.

4. Empenho no esclarecimento, fidelidade, respeito e solidariedade às formas de viver desenhadas pelos colaboradores e cuidado em sua transcrição em texto.

5. Embora os efeitos políticos e ideológicos da divulgação e recepção de uma pesquisa não possam ser planejados ou controlados pelo pesquisador, a antevisão e a ponderação destes eventuais efeitos podem fazer parte do horizonte de preocupações presentes no momento da escrita, direcionando escolhas sobre o quê, como e para quem escrever.

6. Abertura para sempre que possível e como atitude metódica da pesquisa de campo realizar revisão conjunta com os colaboradores de transcrições de relatos orais e de observações, bem como de textos interpretativos.

7. Atribuição de créditos, por ocasião de publicações, aos colaboradores, bem como uso de nomes próprios de narradores e interlocutores quando eles assim desejarem e omissão sigilosa de nomes e outras informações que possam identificá-los quando eles assim preferirem ou precisarem.

8. Discussão de formas de divulgação de resultados de pesquisa que possam interessar aos colaboradores.

Como se vê, trata-se de disposições cuja realização depende do trabalho de pensamento e da escolha e do posicionamento do pesquisador em situação. A adesão a esta pauta de atitudes não antecede a pesquisa concreta que ele realiza, a não ser como intenção, mas consubstancia-se ou não no processo mesmo de pesquisar.

Referências

1. Guerriero ICZ. *Aspectos éticos das pesquisas qualitativas em saúde* [tese]. São Paulo (SP): Faculdade de Saúde Pública/Universidade de São Paulo; 2006.
2. Sartre JP. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Abril Cultural; 1978. [Coleção Os Pensadores].
3. Chauí M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática; 1994.
4. Arendt H. A crise na educação. In: Arendt H. *Entre o passado e o futuro*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva; 1979.
5. Schmidt MLS. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP* 2006; 17(2):11-41.
6. Brandão CR, organizador. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense; 1999.
7. Rocha ML, Aguiar KF. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2003; 23(4): 64-72.
8. Pereira WCC, organizador. *Análise institucional na vida religiosa consagrada*. Belo Horizonte: Publicações CRB; 2005.
9. Queiroz MIP. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: Von Simson OM, organizador. *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais; 1988.
10. Bosi E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz; 1979.
11. Clifford J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 2002.
12. Malinowski B. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record; 1997.
13. Augè M. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1997.
14. Merleau-Ponty M. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: Chauí M, organizadora. *Merleau-Ponty: textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural; 1975. [Coleção Os Pensadores].
15. Geertz C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: Geertz C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora; 1989.

Artigo apresentado em 29/06/2007

Aprovado em 03/09/2007

Versão final apresentada em 22/10/2007